Por Manuel Matos

Meu amigo **Fabio Basilone** fez uma pertinente análise sobre a alta rotatividade na posição de diretor de canais digitais no mercado de seguros. O diagnóstico é preciso: produtos concebidos para intermediação tradicional não respondem a um ambiente que exige modularidade, precificação contextual e decisões em tempo real.

Mas o problema vai além do produto.

Open Insurance, embedded insurance, governança de SPOCs e SROs, interoperabilidade de dados — a arquitetura regulatória do setor está sendo redesenhada agora. E está sendo redesenhada em fóruns específicos: o Comitê de Inovação em Seguros da Câmara Brasileira da Economia Digital (**camara-e.net**), a Comissão Mista Permanente de Canais Digitais CNSeg-FENACOR, os grupos do PDMS e do PDMIS, entre outros.

O diretor de canais digitais que não participa dessas instâncias — ou cuja seguradora não o orienta a participar — opera sem mapa. Tenta resolver no varejo o que está sendo decidido no atacado.

Na edição pontual da **Carta Reservada de Seguros** que publico hoje, desenvolvo esse argumento em profundidade: como a desconexão institucional explica a instabilidade da cadeira, por que a LC 213/2025, o SRO V3 da SUSEP e as SPOCs mudam as condições do jogo, e o que isso tem a ver com a tese central do meu livro *Da Intermediação à Infraestrutura* — a transformação da distribuição de seguros de atividade comercial em infraestrutura institucional.

A cadeira vai continuar girando enquanto quem nela se senta não tiver acesso ao mapa completo. E esse mapa não está dentro da seguradora.

Fonte: LinkedIn, em 03.03.2026